

Entrevista com Gaudêncio Frigotto

Fernanda Paixão de Souza Gouveia

Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Professora da Educação Básica, Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e docente colaboradora na Especialização em Educação de Jovens e Adultos do mesmo Instituto

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3382358342893319>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3486-0271>

E-mail: fernanda.gouveia@ifrj.edu.br

Marcus Vinicius Brotto de Almeida

Doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professor de Língua Portuguesa no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1133131774031120>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8716-4133>

E-mail: marcus.almeida@ifrj.edu.br



Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Gaudêncio Frigotto é professor titular aposentado da Universidade Federal Fluminense e, desde 2006, atua como professor associado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde orienta dissertações e teses e conduz pesquisas sobre educação, educação técnica e profissional e relações de classe no capitalismo brasileiro. De sua vasta produção acadêmica, podem-se destacar títulos como *Educação e crise do trabalho* (editora Vozes), *A produtividade da escola improdutiva* (editora Cortez), *Educação e crise do capitalismo real* (editora Cortez), *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador* (editora Cortez). Na tarde do dia 16 de setembro de 2020, de modo remoto, devido ao isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19, o Professor Gaudêncio Frigotto concedeu-nos esta entrevista, em que abordou a ampla pesquisa que realizou sobre os IFs, a educação brasileira e a primavera pela qual tanto ansiamos.

CELTE: O senhor coordenou uma ampla pesquisa sobre os IFs, que originou o livro *Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*¹, publicado em 2018. Esse estudo tocou em vários aspectos relevantes para os IFs, como a construção da identidade, a verticalidade, a expansão da Rede e a oferta do ensino médio integrado. Por que o senhor se interessou em pesquisar os IFs e quais foram as principais descobertas dessa investigação?

Gaudêncio Frigotto: Primeiramente, eu me interessei pelos IFs devido à minha própria história, como filho de pequenos agricultores. Desde que me formei me interessei em discutir qual a educação que se oferece aos filhos e filhas da classe trabalhadora. A minha dissertação de mestrado – a que hoje eu daria o título “Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador” – foi sobre a educação que se dava no Sistema S². Em seguida, eu comecei a pesquisar a rede de escolas técnicas da época. A primeira pesquisa institucional que desenvolvi foi sobre ensino técnico industrial. Daí, nunca mais me afastei dessa relação da educação básica e educação profissional. O interesse mais imediato foi a disputa da qual participei como consultor: a disputa sobre o Decreto 2.208 e 5.154³ e a gênese dos próprios Institutos. Os Institutos apareceram de surpresa para todos nós, porque, na verdade, o que estava em foco era a universidade tecnológica, um pouco na lógica daquilo que foi o CEFET, “cefetões” e “cefetinhos”. E houve uma intensa negociação, de cujos debates participei. Então, surgiram os Institutos como uma engenharia política. Deu-se parte do que era o desejo da Rede⁴, a verticalidade e, de outro lado, uma gestão coordenada dos Institutos, mas com outra perspectiva: não mais 20 e poucos CEFETs, mas uma expansão sem precedentes. Então, o que me moveu à pesquisa, na verdade, foi a expansão dos IFs. Essa política de interiorização, atingindo jovens e adultos que nunca seriam atingidos com o aparato que representa o Instituto Federal com o seu quadro técnico e de professores, sem dúvida, define a maior política pública de educação de qualidade interiorizada. Então, a nós, pesquisadores, atentos a que tipo de educação se oferece à classe trabalhadora e à disputa histórica dela, isso chamava muito a atenção. Por isso a pesquisa que organizei, da qual esse livro é fruto, é coletiva. Mostra uma avaliação permanente, uma disputa permanente desse projeto, que é uma conquista da sociedade. Quanto aos grandes achados, consideramos que, com todos os problemas e todas as contradições, os ganhos são infinitamente maiores: ganhos sociais e culturais e o significado de um IF numa pequena cidade. Outra questão é o integrado. A

¹ Para mais informações sobre o livro, consulte <https://lpp-uerj.org/>.

² Diz respeito ao conjunto de nove organizações de entidades corporativas (Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae, Senar, Senat, Sest e Sescop) voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Todas têm raízes e características organizacionais similares. As primeiras instituições desse Sistema foram criadas na década de 1940: o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (Senai) foi criado em 1942 e o Serviço Social da Indústria (Sesi) foi instituído em 1946.

³ O Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997, foi revogado pelo Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Ambos os decretos regulamentam a educação profissional no Brasil.

⁴ Trata-se da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. Atualmente integram a Rede Federal 38 Institutos Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica, 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II.

descoberta é que, no início, os Institutos foram muito lentos na adução do ensino médio integrado, que paulatinamente foi se tornando uma conquista interna, mas ainda não o suficiente. De outro lado, pela via do integrado, a oferta de uma educação por inteiro: que tenha arte, cultura, esportes, Sociologia, Física, Química, ou seja, aquilo que Antonio Gramsci⁵ chamava de equilíbrio entre os conhecimentos que nos permitem entender a sociedade dos seres humanos, as relações sociais, e os conhecimentos que nos permitem entender como opera a natureza, a Ciência da natureza etc., fundamentais, por exemplo, para entender hoje o que o mundo passa com a pandemia.

CELTE: Considerando a diversidade das instituições que formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o senhor acredita que é possível construir uma identidade para os IFs?

Gaudêncio Frigotto: Primeiro, é preciso dizer, identidade não significa que não possam existir diferenças dadas pela realidade: diferenças regionais e culturais – cultura afro, cultura indígena, imigrantes, enfim. A diversidade é boa quando está calcada sobre a igualdade de direitos. Então, essa identidade a Rede ainda não tem. Para ter a identidade, o conjunto dos Institutos deveria ter clareza sobre a que projeto de sociedade e de educação se vincula. Então, eu diria que nós não temos isto como expressão unitária, síntese do universo da Rede. Isto não significa que a gente não tenha um crescimento de propostas nessa direção. Eu gostaria de mencionar algumas. Por exemplo, a construção que a Rede fez do mestrado profissional, vinculando a dissertação a um produto que esteja relacionado a uma problemática interna aos Institutos ou à população com quem atua etc. Essa proposta tem nela um projeto de sociedade, de educação e de formação de educadores. O segundo aspecto importante é a rede de extensão tecnológica dos IFs que tem por foco uma extensão popular. Eu participei de uma *live* da Semana de Extensão da Bahia. A reitora foi brilhante. Ela disse: “A extensão até agora é uma espécie de serviço de projetos endógenos. A nossa postura é de fazer uma extensão vinculada às necessidades locais, da cidade, dos adultos, dos jovens, do problema do desemprego, enfim, todas as demandas populares”. Estou fazendo o prefácio de um *e-book*, fruto da dissertação de João Carlos Cichaczewski: “Uma história por fazer-se: O sentido da formação profissional nos IFs”⁶. Está sendo feita a história, mas não está redonda. Nunca vai estar redonda. Mas é uma história que precisa ser tomada como projeto orgânico institucional. Aí, sim, nós vamos ver uma identidade na diversidade.

⁵ Antonio Gramsci (1891-1937), filósofo italiano, foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano e teórico importante para o pensamento marxista do século XX. Foi preso pelas críticas feitas ao governo fascista de Benito Mussolini e escreveu boa parte de sua obra no período de cárcere. Sua abordagem teórica é vasta, mas destaca-se a hegemonia cultural como um dos alicerces de seu pensamento.

⁶ O livro pode ser acessado em <https://educapes.capes.gov.br/>.

CELTE: Que papel o senhor acredita que os IFs devem desempenhar com a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada com a educação profissional?

Gaudêncio Frigotto: Dentro do projeto de sociedade que eu vislumbro, da necessidade dos que vêm de baixo, eu diria que o como os Institutos olham o ensino médio do PROEJA⁷, a educação profissional integrada à educação básica, representa a perspectiva de sociedade e educação que querem fortificar ou desenvolver. O grupo do PROEJA expressa, dentro dos Institutos, a maior desigualdade produzida historicamente na educação. Eles são fruto da negação da educação. Nós temos, também, dentro dos Institutos, novos sujeitos – os quilombolas, as comunidades indígenas. Neste caso, quando eles chegam na idade adequada à sua escolaridade, a questão é a relação com a sua cultura, a sua língua, os seus saberes etc. No caso de jovens e adultos, eles são o resultado de uma violência de uma sociedade que, Florestan⁸ dizia, ainda continua acorrentada, como os antigos escravos. Por isso, uma opção forte e institucional da rede dos Institutos sobre o PROEJA seria a expressão já do projeto de sociedade a desenvolver e a recuperar aqueles que perderam o seu tempo, porque lhes foi roubado. A Rede ainda não tem uma clareza sobre isso. A pesquisa mostra que alguns Institutos e alguns *campi* assumem isto dentro do que a lei diz, mas é pouco o que a lei diz: 10% dos 50%. Há muitos arranjos e uma mentalidade que a gente encontra, às vezes, de que o PROEJA é um estorvo. Essa é uma lacuna grande do ponto de vista da identidade da institucionalidade. Mas existem projetos importantíssimos desenvolvidos em vários IFs. É um projeto que precisa entender que dar igual aos desiguais é mantê-los desiguais. Então deveria de ter toda uma estratégia de acompanhamento. Existem experiências de acompanhamento para não perder esses sujeitos. Isso demanda um esforço extraordinário, mas essa é uma opção política. Eu diria que há uma lacuna, mas é uma necessidade vital, especialmente nesse momento em que a perspectiva desse governo é absolutamente antipobres. Não se fala mais nisso. Eu me lembro dos fóruns mundiais, a pujança dos debates sobre a EJA na Constituinte etc. Agora querem silenciar, porque quer se tirar de cena. Então, eu diria que agora o foco institucional deve ser ainda maior. Nós teremos, sim, jovens e adultos dentro do programa e nós queremos tê-los nacionalmente. No momento em que existir isso, vão se criando identidades no integrado, no PROEJA, na extensão e no tipo de pesquisa a ser feita. Mas eu diria o PROEJA é uma prova dos nove para ver o caráter de opção da institucionalidade dos IFs.

⁷ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) instituído pelo Decreto 5.840/2006 de oferta compulsória na Rede Federal.

⁸ Refere-se a Florestan Fernandes (1920-1995), sociólogo marxista e político brasileiro com grandes contribuições para o desenvolvimento da Sociologia brasileira e compreensão da constituição histórica do Brasil.

CELTE: Há uma evidente tensão nos IFs, por conta de sua estrutura verticalizada, expressa por exemplo entre a garantia de oferta do ensino médio integrado e a coexistência com graduação e pós-graduação. Como o senhor acredita que podemos superar essa tensão e assegurar o projeto do ensino médio integrado?

Gaudêncio Frigotto: Primeiro tomar conta de um viés cultural muito duro na nossa história, que é a cultura do coronel — “manda quem pode” — e a cultura do bacharel — “veja com quem está falando”. Aí que está o dilema da verticalização. A verticalização é positiva se a gente entende que ela é mais necessária nos *campi* mais retirados. Eu diria que essa tensão é forte e é uma tendência bastante negativa – e aqui não é uma avaliação moral; é cultural. Os jovens que chegam aos Institutos com concursos bem qualificados preferem fazer a sua pesquisa, o ensino superior, a pós-graduação a atuar nas diferentes modalidades do ensino médio, PROEJA e programas de extensão. Revelar essa tendência é uma forma de começar a não mascarar. A minha posição, desde a criação dos IFs, não era 50% do ensino médio integrado; era, pelo menos, 70, 80% e eu diria que, nos *campi* do interior, poderia ser um pouquinho até mais e oferecer, sim, licenciatura. Mas onde tem pós-graduação, onde tem muita universidade, diria que a tendência seria o ensino médio, que é aí que está o gargalo. Em diferentes análises, tenho insistido muito que ensino médio de qualidade social, por inteiro, que leva em conta a tecnologia e os fundamentos da profissionalização, é o passaporte da dupla cidadania. A cidadania política – para poder autodeterminar-se, ser um sujeito, não achar que ele deve votar naquilo que o pastor ou o padre falam nem em quem lhe dá um saco de cimento – só se percebe quando se têm os instrumentos da cidadania. O ensino médio é a base disso, é onde o jovem busca os fundamentos amplos. Portanto, ali ele vai ter os elementos de acompanhamento das diferentes ciências e das relações sociais para ver como opera a produção e como inserir-se na produção e no direito ao trabalho. Então, hoje diria que mais um elemento crucial de uma identidade necessária dos Institutos é afirmar e ampliar as vagas de ensino médio integrado e do PROEJA. Esta seria uma resposta humana e ética necessária para a sociedade.

CELTE: Os IFs foram criados em 2008. Já é possível perceber continuidades e rupturas em relação ao projeto original de criação e aos objetivos da Educação Profissional nestes 11 anos de existência?

Gaudêncio Frigotto: Os Institutos foram criados em 2008, no último ano do governo Lula, dentro de um debate que começou em 2003. Os Institutos chegam com uma proposta forte e uma disputa forte com a sociedade. A disputa das diretrizes da educação técnica e profissional expressa isso. O livro organizado por um conjunto de educadores e publicado por Eliezer Pacheco, que era o secretário de educação tecnológica e profissional, é a expressão desse debate e de uma concepção em disputa. Esse debate foi sendo incorporado pelos Institutos de modo diverso, porque não tem uma proposta da Rede orgânica. Agora com os

interventores-reitores fica ainda mais difícil. A incorporação também crescente de novos sujeitos e a compreensão interna de um trabalho diferenciado, o vínculo com as comunidades, isso tudo é uma construção diferenciada no país, mas em crescimento. Entretanto, diria que, a partir de 2011, 2012, quando o ministro da educação Aloizio Mercadante, disse, na Conferência de Educação Tecnológica, que o Pronatec⁹ era a prioridade, já dava uma direção de uma descontinuidade. Apesar disso, houve uma continuidade do escopo e da concepção dos Institutos Federais. Qual é a ruptura que vai começar? Com o Golpe de 2016¹⁰, porque ali há uma ruptura que já afeta na medula os Institutos. A minha leitura é que o Golpe de 2016 é daquelas forças políticas e sociais que governaram o período de Fernando Henrique Cardoso, os economistas da PUC e da FGV, como dizia o Chico de Oliveira¹¹, que pautaram o projeto neoliberal de venda do país naquele momento e o projeto neoliberal na educação, pautando a ideologia e a pedagogia dos organismos internacionais. Esse grupo teve resistência nas universidades e Institutos e, portanto, não conseguiu completar as reformas neoliberais na sociedade e na educação. Como não suportariam o segundo mandato de Dilma, arquitetaram um golpe jurídico-parlamentar-midiático. De 2016 a 2019, fizeram quase todas as contrarreformas que esse grupo queria. E aí que está a ruptura: a contrarreforma, primeiro, pela Emenda 96, que congela o investimento no setor público por 20 anos. Cortam-se bolsas, salários etc., isto é, vai-se asfixiando pelo financiamento. Então nós temos que ter unidade na diversidade interna para resistir a isso. Mas vem depois a contrarreforma do Ensino Médio, que é pior que o Decreto de 2.208, porque tem os itinerários, acabando com o sentido e a concepção do ensino médio e de ensino médio integrado, e as BNCCs liquidam com o resto. Então ali há uma ruptura total. Mas a pior ruptura vem agora, porque, além disto, Guedes deu uma entrevista dizendo que quem ganha mal são os ministros do Supremo, o presidente, porque eles têm mérito, e que tem que cortar o salário por baixo. E o inimigo básico é o trabalhador público da educação, saúde etc. O governo Bolsonaro resulta dessa aposta daquele grupo que achava que voltaria ao poder. Acabou entregando o governo a forças sociais de extrema direita. Tenho reiteradamente enfatizado a agenda do governo Bolsonaro por fundamentalismos. Aqui vou só sublinhar o ângulo do fundamentalismo econômico: mercado, mercado e mercado – a sociedade não existe – e a meritocracia como ideologia. O que há por trás disto? Não há lugar nos Institutos Federais para quilombolas, índios, ribeirinhos, filhos de pequenos agricultores e de operários. Lá dentro tem que estar quem vai depois ser elite do Brasil, porque é uma educação de qualidade. Então nós temos que demorar

⁹ Trata-se do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011 por meio da Lei nº 12.513. O Programa repete estratégias antigas de políticas de formação profissional aligeirada, que não garantem a ampliação da escolarização e pouco qualificam o trabalhador, assim como desloca grandes recursos públicos para as instituições privadas.

¹⁰ Frigotto cita o processo pseudo-legal do impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff, ocorrido em 2016. Justificado pelas irregularidades fiscais cometidos pela presidenta, o golpe de Estado legalizado, cujas bases são extremamente frágeis, apresenta-se como estratégia de ódio das oligarquias latino-americanas e setores conservadores em ascensão contra a democracia e a vontade popular. A partir do golpe temos vivido o desmonte de vários direitos sociais conquistados historicamente.

¹¹ Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira (1933-2019), sociólogo, é o autor de *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*, obra publicada pela Boitempo em 2003.

sobre esta noção ideológica de meritocracia, que é um ícone da exclusão. A palavra “meritocracia”, social, ética e politicamente, significa “exclusão dos pobres”. E aí vem o fundamentalismo político: a intervenção nas eleições dos reitores e dos diretores muda a autonomia dos Institutos e das universidades e, portanto, com uma ideologia política de eliminar quem critica e um controle ideológico brutal. E se junta a isso o que é pior ainda: o fundamentalismo religioso de descrédito à Ciência, do moralismo sem ética etc. Então esses três fundamentalismos trazem um retrocesso e uma ruptura que nós temos que ter muito presente internamente para não capitular. Há poucos dias estava dialogando com os colegas da APP-Sindicato, do Paraná. Lá está sendo votado o projeto de criação de 200 escolas públicas militarizadas. A ex-presidente do Chile, na reunião da ONU, chamou a atenção para o risco, em alguns países da América Latina, do crescimento da militarização e citou explicitamente o Brasil. São sinais da ruptura que nós tivemos como resultado do Golpe de Estado de 2016. Nós sempre sabíamos como lidar, porque nunca tínhamos abertamente, pelo menos, a ameaça física e ao nosso direito de emprego etc. Aqui não. Agora isso está espalhando a pedagogia da ameaça e do medo. Penso que deveríamos nos espantar pelo fato de todas as reitorias dos Institutos, quando houve a primeira intervenção em Santa Catarina e a segunda em Natal, não dizerem: “entregamos os cargos”. É um ato político. Pior ainda quando colegas dos Institutos aceitam ser os interventores. Então, nós estamos num cenário de ruptura da democracia, num estado de exceção. Temos de ter clareza disso. E o estado de exceção, como disse Miguel Arroyo em debate recente¹², é o estado de desumanização, de atentado à vida. Por isso, essas rupturas são mais fundas, atingem a vida, o direito, atingem aqueles que eram acolhidos e incluídos e agora estarão ao próprio destino, serão vítimas ainda mais da violência do Estado.

CELTE: Diante da realidade de regressão social que vemos se impor no cenário político brasileiro e também internacional, quais as expectativas para o futuro da Rede Federal nesse contexto na sua opinião?

Gaudêncio Frigotto: O futuro depende de duas atitudes que, na diversidade dos Institutos, busquem uma unidade interna, substantiva, inabalável e profunda, como nos lembrava de feliz memória Leandro Konder¹³ ao voltar do exílio e definir a classe dominante brasileira: é uma classe que tem uma unidade profunda, substancial e inabalável para defender seus interesses. Então, usaria o inverso: qual é a unidade profunda, substancial e inabalável que os Institutos, por dentro, de baixo para cima e de cima para baixo, vão demarcar como possibilidade de prosseguir, mantendo as conquistas que se teve até aqui e não retroceder? Isso depende de um vínculo de rede que se constitua. Também depende que esse vínculo se

¹² Miguel González Arroyo, educador espanhol e sociólogo, é professor titular emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com larga produção científica no campo da educação popular, cultura escolar, gestão escolar, educação básica e currículo.

¹³ Leandro Augusto Marques Coelho Konder (1936-2014) era formado em Direito e doutorou-se em Filosofia pela UFRJ. Foi preso e torturado pelo regime da ditadura militar brasileira e depois exilado. É considerado um dos maiores estudiosos do marxismo no país, tendo coordenado coletâneas a respeito dessa teoria.

dê ali onde o *campus* estiver, isto é, com a comunidade local, a regional e a nacional com ações no ensino, pesquisa e extensão concretas para modificar a qualidade de vida com intensidade. Sem esta liga com a comunidade ninguém vai nos defender. Outro movimento, nesse quadro de hoje, é um vínculo muito grande com os movimentos sociais, culturais, de mulheres, enfim, todos os movimentos que lutam pelo direito à vida, à educação, à saúde e ao trabalho, vínculo com as lutas sindicais que defendem os direitos dos trabalhadores, vínculo com aqueles setores políticos que defendem a democracia e os direitos dos trabalhadores, vínculo com os setores jurídicos que possam nos defender nas agressões jurídicas individuais e coletivas. Sem este aparato, vai ser um desmonte silencioso por medidas que a gente sequer vai se dar conta, porque do dia para noite nós vamos ter concursos blindados, corte linear de salários, que são ameaças que estão ali na equipe econômica. Antonio Gramsci, analisando a situação do fascismo na Itália, dizia que, para vencê-lo, era necessário formar um bloco histórico com culturas muito diferentes, até opostas, para criar uma unidade. A esfinge aqui que nos ameaça é exatamente esse projeto de ultradireita com traços protofascistas que nós vivemos. Essas duas relações, interna e externa, podem não só nos salvar, mas podem gerar força para nos livrar desse pesadelo de projeto de governo e sociedade que nos desgoverna.

CELTE: O senhor acredita que o contexto de pandemia pode vir a impactar a educação profissional ofertada nos IFs?

Gaudêncio Frigotto: Sem dúvida. A gente tem que tomar consciência que o primeiro impacto brutal é sobre a vida. Nós temos 135 mil pessoas que tiveram sua vida ceifada e podemos chegar a 180, 200 mil, porque o vírus foi liberado no Brasil. Desde o início, o governo não se comprometeu em nenhum momento, foi cínico e irresponsável. Então é um drama. Obviamente perdem os setores econômicos, perde a classe trabalhadora: 27 milhões de desempregados, subempregados, em trabalho intermitente. Mas, também, não se pode dizer que nós, na Educação, vamos perder o ano se ajudarmos os jovens, não prosseguindo com o calendário normal, mas com atividades para que, como diz Noam Chomsky¹⁴, a juventude e a infância entendam o mundo em que vivemos. E qual é o mundo em que vivemos? É aquilo que Mike Davis, um historiador que analisa as pandemias, disse: é fruto de como nos relacionamos com o modelo de produção do capitalismo selvagem, que destrói a água, a natureza, o ar, aquece o globo e produz misérias. E também o que Capra¹⁵, grande físico, diz: a Covid-19 é a vingança biológica do planeta. Esta é a grande lição que nós deveríamos entender antes de pensar em aula presencial e aula remota. A aula presencial é uma insanidade neste momento, porque morrem mil pessoas por dia no Brasil. E o ensino remoto significa aumentar a desigualdade. Em torno de 40% dos domicílios não têm internet no Brasil,

¹⁴ Noam Chomsky, sociólogo, filósofo, cientista cognitivo norte-americano, ficou conhecido pelo seu trabalho com a gramática gerativa, que impactou o campo da Linguística nos anos 50 e 60. De postura crítica, chama atenção internacional pelo ativismo político contra a política externa americana.

¹⁵ Fritjof Capra, físico teórico e escritor austríaco, dedica-se à educação ecológica.

56% dos telefones são pré-pagos. Então, se está excluindo grande parte. E o pior é o que está se armando: o relatório do Banco Mundial afirmou que, depois da pandemia, não é preciso aula presencial o tempo todo, porque ela pode ser remota. Isto vai desgraçar o que é uma relação pedagógica, que vai além da sala de aula. É o convívio com a diversidade e o conflito negociado. E essa ideia de pressionar a volta de qualquer jeito é não compreender a gravidade desta guerra da qual nós ainda não chegamos ao fim. Não conhecemos a natureza do vírus; então, há mais incógnitas do que variáveis conhecidas, mas parece que a gente não está tendo consciência disso. Então há perda nos Institutos, sem dúvida nenhuma, mas as perdas piores são aquelas do projeto de desmontar o próprio setor público e, por isso, nós temos que resistir. Os Institutos estão fazendo coisas muito legais de solidariedade, produzindo instrumentos, ouvindo as pessoas, acolhendo a comunidade, entrando nas campanhas. Aqui tem sentido o voluntariado e tudo aquilo que a gente não quer permanente dentro da escola. Escola não precisa ter amigos e voluntários, tem que ter profissionais. Nós não nos damos conta de que tem gente no limite. Vendo as filas do INSS, a forma como as pessoas são tratadas é desumana. Estamos num processo de desumanização. Há perda de vidas. Um ano escolar, se for perdido, pode ser recuperado. As crianças amadurecem, entendem o que é uma crise. Portanto, se a gente souber aproveitar, como diz Chomsky, a pandemia para ensinar às crianças e jovens o mundo que não devem criar, que têm de lutar para ser diferente, é um grande ganho.

CELTE: O senhor está com uma pesquisa em andamento que se centra na (im)possibilidade histórica do ensino médio, identificando uma negação histórica do direito ao acesso a este nível de ensino. Fale mais sobre essa pesquisa.

Gaudêncio Frigotto: Ela se origina de um acúmulo de pesquisas sobre ensino médio, ensino médio integrado, ensino técnico profissional, vinculado sempre ao projeto societário. Hoje, de acordo com o IBGE, 56% dos brasileiros não completaram educação básica, 30% desses da força de trabalho de 25 anos em diante. Temos a chamada “geração nem-nem”¹⁶. Nós temos 11 milhões desses jovens. Nós temos uma dívida com esses jovens e adultos extraordinária. Por quê? Porque quem frequenta o ensino médio com a base material de qualidade, isto é, professores, carreira, biblioteca, laboratório, espaço para arte, cultura etc., não chega a 10% das crianças no Brasil; no público, 5 ou 6%, que são os Institutos Federais, colégios de aplicação e algumas outras escolas públicas. Nós temos uma dívida com 80, 90% dos jovens que frequentam a escola para ser um ensino de qualidade. Veja o que foram as ocupações das escolas. O que jovens reclamaram: não tinha banheiro, não tinha água etc. Nós temos que ir mais fundo para entender esta negação. Um primeiro dado da pesquisa que está em andamento é a nossa cultura escravocrata e colonizadora. Juremir Machado da Silva, no livro “Raízes do conservadorismo brasileiro”, vai mostrar que a escravidão não acabou. Ela só tem

¹⁶ O termo refere-se à **geração** de jovens que **nem** trabalham e **nem** estudam. Para Frigotto este termo não pode se aceitar como categoria sociológica e tampouco como categoria política.

outro nome. Hoje trabalhador é quem não precisa pensar, é quem, como Gramsci dizia, tem que aguçar o olho e adestrar a mão, num tempo em que a mão é pouco utilizada, porque a tecnologia ocupa as nossas mãos. Então, temos uma cultura de negação do direito à educação básica de nível médio à classe trabalhadora. Continua o estigma escravocrata. Hoje mesmo, um homem branco ganha o dobro do que a mulher negra no mercado. Quer mais prova do que isto de que a escravidão e a discriminação continuam? Florestan Fernandes, em suas análises, mostra-nos que nós sempre tivemos e temos Estado e leis que governam para a plutocracia, isto é, para os ricos. Uma burguesia que nunca foi preocupada em construir uma nação e que sempre foi entreguista e heteronômica, isto é, sempre olhou o de fora para se vincular ao de fora para ganhar muito. Por outro lado, afeita ao patrimonialismo e ao clientelismo. Esse projeto não só dificulta a universalização da educação, como não quer uma universalização da mesma qualidade. Da escravidão até hoje, reitera-se aquilo que Fábio Konder Comparato diz da dissimulação da classe dominante brasileira: ela até incorpora nas leis as demandas populares, mas depois tem uma constituição subliminar que não as pratica. A gente analisa isso do ponto de vista da cultura e do zigue-zague das leis. As contrarreformas, no plano material e no plano dos direitos, são a determinação do Golpe – agora do governo – de desconstruir tudo que tinha sido construído nos últimos 14, 15 anos, e até coisas que foram construídas antes, na década de 90 etc., com todas as contradições e lutas. Analisamos também mapeando as regiões para ver o que os números nos falam sobre a materialidade que se oferece ao aluno do ponto de vista do custo-aluno, da infraestrutura. É um trabalho sobre dados do INEP, do Tribunal de Contas para fazer uma análise um pouco mais fina desses dados brutos. Finalmente, o projeto é sempre formativo. Ele incorpora um conjunto de análises que provêm de pesquisas de pós-doutorado, teses e dissertações.

CELTE: Nossa trajetória histórica nos mostra que as elites brasileiras seguiram o caminho do capitalismo dependente e de desenvolvimento desigual e combinado¹⁷. Frente a isso e no contexto do tempo presente, podemos ainda acreditar no papel da educação para romper, em conjunto com outros sujeitos, com essa condição?

Gaudêncio Frigotto: Sim, a utopia não pode acabar. Utopia é mais que esperança. Nós temos uma história de luta desde a abolição da escravidão. Temos também construído uma sociedade civil que defende a democracia mais alargada. A eleição de um operário é a expressão disso. Nós perdemos bastante disso. A pior perda que nós tivemos, sem dúvida, é a despolitização daqueles que já estavam politizados e organizados. Mas a sociedade brasileira tem energias para renascer das cinzas, para usar uma expressão do historiador Eric

¹⁷ Florestan Fernandes, em sua interpretação da constituição histórica do Brasil e influenciado pela teoria de desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky (1879-1940), desenvolve o conceito de capitalismo dependente. Florestan compreende que a economia brasileira se insere no sistema capitalista numa condição subordinada aos interesses das nações hegemônicas centrais e que essa subordinação que não é imposta de fora; pelo contrário, é uma articulação de interesse de setores arcaicos da sociedade de reproduzir as relações de dominação ideológica e exploração econômica. O arcaico e o moderno se combinam e não são antípodas.

Hobsbawm¹⁸. Obviamente, nós estamos no momento de nocaute, porque a pandemia nos aprisionou dentro de casa. Em outras circunstâncias, nós estaríamos nas ruas, fortes. Acho, assim mesmo, que haveria dificuldades e teríamos que agir com muitos cuidados, porque nós não estamos sendo governados por critérios democráticos, mas por um estado de exceção que prega o culto à violência e às armas. Gostaria de frisar duas coisas que dizem respeito a nós, professores, técnicos, corpo dirigente dos Institutos, universidades e escolas, sindicatos, movimentos sociais etc. Florestan dizia que o erro da nossa geração não foi defender a democracia, também não foi defender uma nação; o erro foi querer fazer este caminho com uma minoria prepotente junto a uma maioria desvalida. Nosso papel não é esse, ele nos diz. Nosso papel é estar junto ao povo para que ele adquira o quanto antes os instrumentos para fazer a revolução necessária. Ele tem um texto onde diz que a pedagogia volta a ser a chave para resolver o dilema educacional. Ele já tinha dito antes que o grande problema nacional era a educação. A pedagogia volta a ser a chave para decifrar o enigma brasileiro. O que a Constituição não fez aos oprimidos, os excluídos e o trabalhador produtivo o farão. Mas terá uma condição: um acerto rigoroso com o passado, este que os excluiu, e uma perspectiva de futuro. Portanto, uma educação que não vai vir em fórmulas, educação para um mundo em mudança, mas que forneça os instrumentos de autoemancipação dos excluídos e dos trabalhadores para construir um governo de trabalhadores¹⁹. Olhe que horizonte longo. Mas um acerto com o passado é um pouco esse acerto a que me referi na pesquisa que eu estou coordenando para tentar ver o que nos obstaculiza. E o segundo papel incide sobre aquilo que querem destruir, que é o papel do professor como cientista. Todos nós nos formamos cientificamente e como educador. E qual é esse papel? É de motivar o aluno, de desenvolver no aluno a curiosidade de pesquisar, ver o contraditório, não apenas decorar, mas estimulá-lo a pesquisar e analisar a realidade. Este é um papel importante do professor, porque, quando ele desenvolve isso, vai desenvolver vocações científicas, vai permitir que o jovem comece a pensar com a própria cabeça. Mas o segundo papel é o papel político do professor – político aqui no sentido preciso, não o partido A, B ou C –, é, como indica uma vez mais Florestan, formar a personalidade desse aluno e, portanto, esse professor tem que ter uma postura política na sociedade. Esse aluno tem que estar frente ao contraditório, não é doutrinar o aluno, mas é mostrar que nós, como professores, temos uma análise e que ele pode ir formando sua própria visão em relação à nossa análise. Mas queria precisar aqui o sentido de “político”. Político no sentido do que Rancière²⁰ diz: política é a luta dos que estão fora de um direito para pôr, na agenda política do Estado, o seu direito. O movimento negro, o MST, o movimento de mulheres e o movimento LGBT fazem política. Dermeval Saviani²¹ também

¹⁸ Eric Hobsbawm (1917-2012), intelectual marxista com vasta produção historiográfica, influenciou gerações de historiadores, sendo *A Era dos Extremos* (1994) um marco para a compreensão do século XX.

¹⁹ FERNANDES, Florestan. **O desafio emocional**. São Paulo: Expressão popular, 2020.

²⁰ Jacques Rancière, filósofo argelino, é professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Paris. Suas reflexões têm se concentrado nos estudos da estética e da política. Uma de suas obras recentes que provocou grande debate foi *Ódio à democracia*, publicado em 2005, mas somente publicado no Brasil em 2014.

²¹ Dermeval Saviani, nascido em 1943 no interior de São Paulo, é professor universitário e um dos expoentes da teoria histórico-crítica ou crítico-social dos conteúdos, cuja preocupação está nos conhecimentos significativos

coloca no texto “Onze teses sobre educação e política”: a escola é política pela forma de ensinar, pelo conteúdo que ensina, pelo método que ensina e pela nossa postura de professor. Por que somos tão odiados? Por que tanta carga e maledicência sobre o professor? Por que o professor hoje é inimigo e ideólogo? Isso tem uma razão social e quem nos dá a chave para entender isso é Florestan Fernandes. Nesses dias, olhando a revista da Unijuí, *Contexto e Educação* (n. 31 jul/set, 1993), que Maria Ciavatta e eu organizamos e na apresentação fizemos uma pequena síntese de uma conferência de Florestan Fernandes, onde ele dá uma indicação precisa. Dizia ele que como professor até os anos de 1960, mesmo como filho de lavadeira, era entendido como funcionário da burguesia, porque a escola era para poucos e os professores vinham do meio da classe média, pequena burguesia. Mas isso mudou a partir dos anos 60 e mesmo no percurso da ditadura. Hoje, o professor da escola básica e boa parte dos professores das licenciaturas das universidades são provenientes da classe trabalhadora, do meio popular. E ele dizia: aí também há esperança, que esse professor que vem do meio popular, que trabalha com esses alunos, que são 80, 90% do meio popular, crie um *link* para transformar a escola e a sociedade. Tenho, como hipótese, que a classe dominante brasileira, antipovo, anticiência, antinação, anti-humanização, percebeu que existe no Brasil uma possibilidade desse *link* e, portanto, como dizia Florestan Fernandes, de tirar as correntes dos tornozelos de um povo que, como os antigos escravos, ainda está acorrentado. Por isso há a esperança e há utopia. Esse governo vai passar, e nós temos que construir, nessa contradição, energia. Na dificuldade, a gente cria energia para emergir como depois de um longo inverno. Agora vem a primavera. Vai ter primavera.

Como citar

GOUVEIA, Fernanda P. S.; ALMEIDA, Marcus V. B. Entrevista com Gaudêncio Frigotto. **Caderno de Ensino, Linguagens e suas Tecnologias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 2020.

que contribuam para a aprendizagem dos educandos, superando a mera transmissão de conteúdos. Uma de suas obras mais importantes é *Escola e democracia* (1999).